

O TRATAMENTO EM CURITIBA: O PRONOME ZERO

Maria Teresa dos Santos Abreu
e
José Luiz da Veiga Mercer
UFPR

Ao longo de 1986, realizamos em Curitiba uma sondagem sobre o uso das formas de tratamento em situações de abordagem face a face. Além de suscitar problemas metodológicos, essa investigação conduziu a algumas constatações até certo ponto surpreendentes. É o que procuraremos mostrar nas páginas que seguem.

A Coleta de Dados

O estudo sociolinguístico do tratamento é dificultado pela própria natureza do fenômeno em exame. Diferente de um fonema ou de uma estrutura sintática, que podem ocorrer inúmeras vezes ao longo do depoimento de um mesmo informante, o tratamento é de baixa frequência, visto que se restringe, usualmente, às eventuais referências ao interlocutor. Assim, não se colhem dados significativos junto a um informante tomado isoladamente, que só poderá conferir tratamento ou ao pesquisador ou a pessoas citadas no discurso. No primeiro caso, a pessoa é sempre a mesma — o inquiridor, frustrando assim o exame da variação do tratamento segundo as características do interlocutor; no segundo, os alvos podem ser desconhecidos do inquiridor, de sorte que a interação escapa à possibilidade de controle. Ou ainda, o informante reproduz ou simula cenas de abordagem, o que não equivale situações reais, pois nessas simulações o falante diz o que julga que teria dito ou diria, e não o que efetivamente disse ou dirá. O recurso ao informante em diálogo com o inquiridor produz, portanto, resultados de escassa importância, seja em quantidade seja em naturalidade.

À primeira vista, a solução estaria em portar-se o pesquisador na condição de mero observador, acompanhando diversas situações naturais de interação entre dois ou mais informantes. Mas, quando se tenta esse caminho, logo se percebe sua inviabilidade em termos práticos. Quem se ponha ao lado de um balcão de atendimento ao público, por longa que seja a fila, percebe

rã com extrema frustração que não terá flagrado, ao fim do expediente, mais que uma dezena de empregos significativos de formas nominativas de 2ª pessoa. E o que é pior: não terá podido exercer efetivo controle sobre as variáveis de idade, escolaridade ou nível de renda relativos aos informantes que produziram aquelas minguadas ocorrências.

Essas dificuldades em observar o uso real do tratamento têm levado os pesquisadores a limitar-se ao exame das atitudes dos falantes para com o tratamento. Ou seja, passa-se a focalizar os usos que o falante **julga** fazer das formas de tratamento. Os trabalhos deste gênero podem dividir-se, grosso modo, em três tipos. O primeiro e mais conhecido é o estudo das formas de tratamento nos textos literários. Neles, os dados são as formas de tratamento que o autor do texto faz uma personagem, de determinado perfil social e em determinadas circunstâncias, atribuir a outra personagem. Tal é o estudo que Luís F. Lindley Cintra conduziu sobre as obras de Gil Vicente. O segundo tipo é constituído por aquelas investigações em que o pesquisador questiona de maneira franca e sistemática os informantes a respeito dos usos que fazem das formas de tratamento. Para este grupo serve como exemplo o trabalho de Brian Head, intitulado "Social Factors in the Use of Pronouns for the Addressee in Brazilian Portuguese Linguistics". No terceiro grupo estão os trabalhos que reúnem características dos dois anteriores, ao solicitarem que os informantes simulem situações de abordagem, nas quais empregam formas de tratamento. Assim procedeu Sônia S. de M. Mundim, cuja dissertação de mestrado apresentada em 1981 à UFRJ — "Formas de Tratamento e Vocativos no Rio de Janeiro" — repousa sobre uma pesquisa de campo efetivada com base num questionário e um conjunto de fotografias. Nas entrevistas, os informantes eram solicitados a dirigir-se sucessivamente a onze personagens-alvo — representadas nas fotografias —, completando com formas de tratamento as solicitações indicadas no questionário.

Colocados frente à dificuldade do trabalho de campo, também nós nos decidimos por um estudo de atitude, tomando como referência a técnica de coleta de dados utilizada por Sônia Mundim. Alteramos, porém, o procedimento de entrevista, evitando a utilização de ques-

tionários com lacunas. Consideramos que a simples existência gráfica da lacuna representaria um constrangimento para o informante, que se obrigaria a preenchê-la sempre, de preferência a omitir o pronome de tratamento. Além disso, o informante poderia ter sua escolha ainda influenciada pelos itens propostos. Uma terceira razão estava em que se tinha por fundamental que o próprio informante formulasse por completo a solicitação, para que se pudesse perceber a presença ou ausência de marcas de polidez que acompanham ou não o pronome de tratamento.

Optou-se, então, por um teste em que o sujeito em cenaria dezoito quadros artificiais de abordagem de pessoas desconhecidas, às quais deveria pedir favor, solicitar serviços e dar explicações. Esse instrumento parecia permitir controle mais efetivo da situação de campo que a simples observação, sem no entanto sugerir ao informante o uso do tratamento.

Para a constituição do material de apoio, foram pois fotografadas dezoito pessoas, com idade variando entre vinte e sessenta anos, e de diferentes padrões sociais aparentes. Os critérios para seleção dessas personagens foram os mesmos que se adotariam para a escolha dos informantes. Vale dizer, observou-se na pessoa sua aparência que deveria refletir o padrão de vida das classes sociais média alta, média média, média baixa e baixa. Filtrados pela visão particular da inquiridora, os elementos da aparência eram dados pelo vestuário e postura do indivíduo, além do lugar em que fora fotografado.

Por sua vez, os informantes formavam um grupo de noventa e seis pessoas, residentes há pelos menos 15 anos em Curitiba. Nesse conjunto se representam em número igual os dois sexos, quatro faixas de escolaridade (alfabetizados, com 19, 29 ou 39 graus completo) e quatro faixas etárias (22-29, 30-39, 40-49 e 50-59 anos). Combinados segundo essas três naturezas, os 96 informantes produziram 32 células de 3 indivíduos.

Realizaram-se, portanto, 96 entrevistas, cujo objetivo real jamais foi comunicado ao informante, não se registrando nenhum caso manifesto de dúvida quanto à justificativa de que a pesquisa tivesse sido encomendada por uma fábrica de cosmético. Aliás, essa explicação teve ainda a virtude de levar o informante a deter-se na aparência da personagem-alvo.

A escolha das regiões da cidade em que se deram as entrevistas foi feita mediante sorteio, após a listagem dos bairros mais próximos do centro, de algumas praças e da região central do comércio. Já na região sorteada, optava-se por um lugar de convergência de pessoas, como ponto de ônibus ou entrada de supermercado.

Durante as entrevistas, que duravam em média 40 minutos, os depoimentos dos informantes eram registrados por escrito, não se tendo utilizado gravador.

Análise dos Dados

Com respeito ao tratamento no português do Brasil, a literatura lingüística é não só escassa como ainda, de maneira geral, parcelar e simplista. Exce-tuados alguns poucos trabalhos, pela maior parte publicados de vinte anos para cá, é prática dos autores limitar o estudo ao exame do sistema pronominal do estilo formal culto. Tão forte restrição da matéria se explica, de uma parte, pela usada gramatical, que se detém apenas nos elementos sistêmicos da língua (por oposição às práticas discursivas); de outra parte, pela perspectiva normativista, que exclui de consideração as variantes que se desviam da norma de maior prestígio.

Com isso, não apenas se põe de parte a polifonia social e geográfica, como ainda se perde de vista o fato essencial de que o tratamento é um amplo conjunto de elementos e estratégias de que se serve o falante para enquadrar as relações que mantém com o interlocutor na situação concreta de comunicação. Desses recursos, alguns sequer são lingüísticos, como a postura, a distância entre os falantes, o tom de voz etc. E os meios lingüísticos compõem um leque bastante grande, em que se destacam as designações do interlocutor — vocativas, nominativas, objetivas — e as formas de mitigação ou de injunção, que vão dos contornos prosódicos a específicas expressões de (im)polidez. O próprio estilo de língua utilizado concorre para o tratamento, sendo de recordar os casos extremos de línguas, como o javanês, que sedimentam níveis de fala distintos segundo a relação entre os interlocutores.

As formas pronominais da segunda pessoa não são, portanto, senão um aspecto do tratamento, até agora

privilegiado porque entram em sistema com os demais pronomes pessoais e porque ocupam lugar central enquanto meio de designar (de tratar) o interlocutor. Mas só muito recentemente, inspirados na Sociolinguística, os estudiosos vêm incorporando outras facetas do tratamento e aprofundando o exame das formas de 2ª pessoa tradicionalmente descritas como um subsistema dual, composto por VOCE (ou TU, em algumas regiões) para relações de familiaridade e SENHOR(a) para o trato cerimonioso (cf. CUNHA, 1980; p.292; BIDERMAN, 1972-3, pp. 339-82).

Reduzir a 2ª pessoa a esse esquema dicotômico é ignorar formas e nuances, como mostra John B. JENSEN em trabalho de 1981. Reconhecendo embora razões para a focalização na dicotomia SENHOR/VOCE, Jensen indica outras formas que também repartem o espaço da 2ª pessoa, além das conhecidas formas protocolares (Vossa Excelência...):

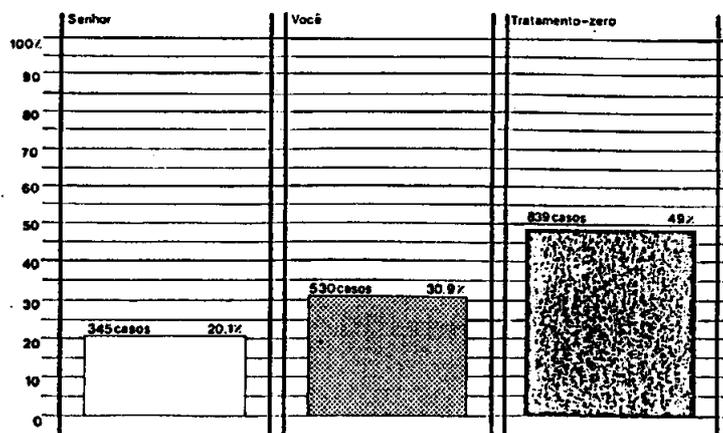
- a) onde TU é usado regularmente, como forma geral de solidariedade, VOCE pode ocorrer no uso para com iguais ou para estranhos inferiores, como em ponto do sul Brasil; ou ainda TU pode ser forma especialmente íntima ou até depreciativa, ao lado de um VOCE mais usual, como em comunidades do Norte, nas quais TU pode ocorrer entre amigos e irmãos, mas não entre marido e mulher;
- b) a escolha do pronome objeto abre espaço a várias combinações, que carregam diferentes valores sociais (TU-TE, TU-TU, VOCE-O/LHE, VOCE-TE...);
- c) o falante dispõe de recursos de ambigüidade para evitar a expressão da relação social, como a simples omissão do pronome (pronome zero), a pronominalização de expressões substantivas (e.g., o **amigo**) e formas ambíguas, tais como o **lhe**.

Em trabalho já mencionado, Sonia S. de Moura Munding registra a **ausência** de tratamento (pronome zero) e TU a par de VOCE, assim como revela a matização do tratamento que deriva da combinação entre as formas vocativas e nominativas (p. ex., AMIGO-SENHOR, AMIGO-VOCE, AMIGO-TU...).

Um dos resultados mais surpreendentes de nossa investigação foi justamente o alto índice de frequên-

cia do pronome zero nos testes de abordagem a estranhos, do qual o gráfico a seguir é testemunho:

GRÁFICO 1
Uso geral das formas de tratamento



Diante desses resultados, defendemos a idéia de que não se poderia reduzir o tratamento de 2ª pessoa à dicotomia **você/senhor**. No quadro dos dados obtidos, o tratamento em Curitiba seria triádico: **senhor, você, pronomes de tratamento-zero**.

Analisamos o **pronomes de tratamento-zero** como sendo uma terceira forma de tratamento, atendo-nos ao fato de que essa é uma ausência revestida de significado próprio, o qual deriva da tensão produzida pela necessidade de optar por **você** ou **senhor(a)**, já que o falante é inseguro quanto a essas formas socialmente marcadas. Embora produzida por processos sociais ainda por estudar, mas entre os quais certamente figuram aqueles que determinam a crescente informalidade das relações sociais, essa insegurança do falante curitibano permite uma interpretação sociolinguística, à luz do trabalho seminal de Brown e Gilman sobre pronomes de poder e de solidariedade (1960).

Segundo esses autores, na maioria das línguas européias, há dois tipos de pronomes de tratamento, normalmente classificados como "familiar" e "formal" ou "Íntimo" e "polido". Em português, esses pronomes são **VOCÊ/TU** e **SENHOR(a)**. Brown e Gilman identificaram dois eixos ou fatores que interagem para determinar a escolha entre uma e outra das formas de tratamento: **poder**, ou ascendência de um interlocutor sobre outro pela idade, "Status", hierarquia, força etc.; e **solidariedade**, ou proximidade que se estabelece entre os falantes em função de laços de parentesco, de amizade, de relações de coleta etc. Em toda instância de tratamento, esses fatores estariam presentes, em maior ou menos grau cada qual.

De fato, esses fatores sociais quando vistos isoladamente parecem não deixar dúvidas quanto ao condicionamento que exercerão na opção pelo tratamento. Mas com frequência eles aparecem entrelaçados o que faz com que os indicativos de uso do pronome de familiaridade ou de cerimônia entrem em desarmonia e produzam insegurança no falante. E há também outros elementos, tão importantes quanto esses fatores aqui mencionados, que merecem atenção. O primeiro deles é a expectativa do indivíduo a ser abordado, uma vez que o falante tem consciência de que o tratamento inadequado pode comprometer o processo de interação. Com que forma abordar um falante-alvo que esteja melhor situado na esca-

la social e profissional quando tanto emissor quanto receptor pertencem ao mesmo grupo etário, político e religioso? Nesse caso, o maior **status** do destinatário sugere **senhor**, enquanto as identidades etária, religiosa e política condicionam **você**. O segundo é a expectativa do falante quanto a harmonia dos fatores sociais que deve ser apresentada pelo falante-alvo quando do momento da abordagem. Assim é que uma pessoa no exercício de um papel que traduza reconhecida autoridade com poderes delegados por instituição social conservadora, como um militar em serviço, deve apresentar também outras características de gravidade, como por exemplo, não ser muito jovem. Da ruptura dessa harmonia dos condicionadores sociais (idade x sexo, idade x **status**) surge o conflito que leva o falante à insegurança quanto à forma com que abordar seu interlocutor. Este ou pode, na condição de autoridade, esperar ser tratado com cerimônia (**senhor**), ou se sentir bastante jovem para ser abordado com tal forma.

Capaz de escamotear as marcas contidas em **você** e **senhor**, o **pronome zero** se configura como estratégia da qual o falante pode se valer para abordar pessoas com as quais ele não mantenha relações quer de familiaridade quer de cerimônia. É, portanto, produto do intervalo que se abre entre **você** e **senhor**, que, fortemente marcados, não traduzem as várias fases das diferentes relações que recortam o contínuo da interação social. Seu emprego é assegurado pelo constrangimento do falante que não possui elementos significativos para motivá-lo a abordar com descontração ou deferência o seu interlocutor. Nesse caso, a abordagem não é "O **senhor** poderia" ... ou "**Voce** poderia"..., mas sim "Ø poderia" ... ou "Por gentileza, Ø poderia"...

Concluímos, na primeira versão desse trabalho (1987) que o **pronome zero** é a única opção disponível no sistema para interpretar interlocutor não-solidário não-superior, fato que o caracteriza como um comportamento de esquiva. Nesta, que pretende ser uma versão crítica do nosso trabalho, pretendemos investigar outros valores da ausência do pronome de tratamento, pois se a função maior dessa ausência é contornar as marcas de solidariedade e poder, é merecedor de estudo os resultados encontrados nessa tabela, em que o maior índice de emprego dessa forma se deu em situações de simetria social.

Freqüência porcentual de uso dos pronomes de tratamento segundo a escolaridade do locutor e o padrão social aparente do interlocutor (alfabetizados-falantes que tenham cursado até a 8ª série do 1º grau, universitários-falantes que tenham concluído o 2º grau e curso superior; → dirigindo-se a).

TABELA 1 - Escolaridade e padrão social.

| Tratamento | ALFABETIZADOS | | UNIVERSITÁRIOS | |
|------------|------------------------|-----------|------------------------|-----------|
| | Padrão social aparente | | Padrão social aparente | |
| | baixo | alto | baixo | alto |
| 0 | 22 45% | 12 28% | 16 43% | 20 53% |
| Você | 8 16% | 2 5% | 10 27% | 8 21% |
| Senhor | 19 39% | 29 67% | 11 30% | 10 26% |
| TOTAL | 49 | 43 | 37 | 38 |

Esses resultados que apontam o pronome zero como forma de solidariedade, quando no mesmo grupo social, mostram também outra faceta dessa forma de abordar. Enquanto pessoas de baixo padrão se dirigem às de status superior tratando-as por **senhor** (a) (67%), estas, ao abordarem interlocutores socialmente-prestigiados, têm como opção o \emptyset . Dessa constatação pode surgir uma nova hipótese para o tratamento zero, a de que embora ele possa se apresentar como solidário ele é também um marcador de distância. E se essa for sua função maior, ele não é uma terceira forma do sistema e sim uma segunda forma do pólo do poder. Essa possibilidade merece ser estudada também porque um dos mais altos índices de ausência do pronome de tratamento foi encontrado em diádes de falantes de classe social baixa em aborda-

gens feitas por homens a mulheres, como mostra a tabela seguinte.

Freqüência porcentual de uso dos pronomes de tratamento de acordo com a escolaridade dos informantes do sexo masculino (H = homem, M = mulher; + dirigindo-se a)

TABELA 2 - Informantes masculinos alfabetizados.

| trata- mento | ALFABETIZADOS | | UNIVERSITÁRIOS | | TOTAL |
|-----------------|---------------|-----------|----------------|-----------|-------|
| | H + H | H + M | H + H | H+ M | |
| 0 | 15 39% | 24 62% | 20 51% | 19 47% | 78 |
| Você | 12 32% | 4 10% | 10 26% | 14 35% | 40 |
| Senhor | 11 29% | 11 18% | 9 23% | 7 18% | 38 |
| TOTAL | 38 | 39 | 39 | 40 | 156 |

Se a ausência do pronome divide com **senhor** o pólo de tratamento de poder, parece haver uma diferença de função entre essas formas: o pronome \emptyset é ora o reconhecimento (Tabela 1) e ora o exercício do poder (Tabela 2) enquanto **senhor** é apenas forma de deferência.

É o que parece acusar o resultado da seguinte tabela, na qual as mulheres, num ambiente em que elas têm pouca autoridade, abordam os interlocutores masculinos por **senhor**.

Freqüência porcentual de uso dos pronomes de tratamento de acordo com a escolaridade dos informantes femininos (H = homem, M = mulher + dirigindo-se a).

TABELA 3 - Informantes femininos alfabetizados.

| Tratamento | ALFABETIZADOS | | UNIVERSITÁRIOS | | TOTAL |
|------------|---------------|-----------|----------------|-----------|-------|
| | M → M | M → H | M → M | M → H | |
| 0 | 19 47% | 12 32% | 20 50% | 17 45% | 68 |
| Você | 7 18% | 10 27% | 13 33% | 15 39% | 45 |
| Senhor | 14 35% | 15 41% | 7 17% | 6 16% | 42 |
| TOTAL | 40 | 37 | 40 | 38 | 155 |

Analisando isoladamente as fotografias, salta aos olhos um fato significativo: a dúvida do falante não parece repousar entre **você** e **senhor**. Sempre que há fortes indícios para o emprego de **você**, esta é a forma empregada. O mesmo não acontece com **senhor**. As maiores incidências de abordagem com ausência do pronome de tratamento aconteceram em maior número com personagens que exigiam claramente a forma **senhor** (pela postura, papel social e faixa etária). Com número menor mas com significativa ocorrência, o segundo determinante da opção pela forma zero é a inclusão de um dos fatores sociais do pólo da solidariedade entre os condicionadores do tratamento cerimonioso (**idade** ou **status** da **classe ocupacional**). Ou ainda evitar o uso de **senhora**, como marcador de idade.

A inclusão do pronome zero na esfera de **senhor(a)** casa-se com uma hipótese muito promissora, embora ainda não suficientemente trabalhada com dados à mão: a expansão do domínio de emprego de **VOCE** e a concomitante redução do uso de **SENHOR(a)**. Assim, se a mera hesitação entre **VOCE** e **SENHOR**, numa fase de relativa esta-

bilidade do quadro pronominal, assinalaria à forma zero uma significação intermediária, já num período de franca mudança, em que VOCÊ se converte como que na forma básica de tratamento, o pronome zero deixaria de ser evitação tanto de VOCÊ como de SENHOR, passando a ser apenas a atenuação de SENHOR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maria Teresa S. **Formas de tratamento no dialeto oral urbano de Curitiba**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1987. Inédito.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Formas de tratamento e estruturas sociais**. ALFA 1972-1973. pp.339-382.
- BROWN, Roger & GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In SEBEOK, T.A. et alii. **Style in Language**. Cambridge, The MIT Press, 1960. pp.253-276.
- CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Sobre as formas de tratamento na língua portuguesa**. Lisboa, Horizonte, 1972.
- CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 6.ed. FENAME, Rio, 1980.
- HEAD, Brian F. Social factors in the use of pronouns for the addressee in Brazilian Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELDT, J. (ed.) **Readings in Portuguese Linguistics**. Amsterdã, North-Holland Publ. Co. 1976. pp.289-348.
- JENSEN, John B. Forms of address in Brazilian Portuguese: standard European or oriental honorifics? In: ROGER, N. Romance Studies offer to Francis. **From Linguistics to Literature**. Amsterdã, ed. John Benjamins, 1981.
- MUNDIM, Sônia S. Moura. **Formas de tratamento e vocativo no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.